2025/2164

28.10.2025

DECISÃO DE EXECUÇÃO (UE) 2025/2164 DA COMISSÃO

de 27 de outubro de 2025

que altera a Decisão de Execução (UE) 2015/1505 no respeitante à versão da norma em que se baseia o modelo comum para as listas de confiança

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno e que revoga a Diretiva 1999/93/CE ([1]), nomeadamente o artigo 22.º, n.º 5,

Considerando o seguinte:

(1) As listas de confiança previstas no artigo 22.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 910/2014 são essenciais para a criação de confiança entre os operadores do mercado, uma vez que permitem a validação do estatuto de qualificado dos prestadores de serviços de confiança e dos serviços de confiança que prestam. Por conseguinte, os prestadores qualificados de serviços de confiança só devem iniciar a prestação de um serviço de confiança qualificado depois de o estatuto de qualificado ter sido indicado nas listas de confiança.

(2) A Decisão de Execução (UE) 2015/1505 da Comissão ([2]) estabelece as especificações técnicas e os formatos relativos às listas de confiança. Essas especificações e formatos baseiam-se nas especificações e nos requisitos estabelecidos na norma ETSI TS 119 612, versão 2.1.1.

(3) O Regulamento (UE) 2024/1183 do Parlamento Europeu e do Conselho ([3]) alterou o Regulamento (UE) n.º 910/2014, introduzindo novos serviços de confiança qualificados, nomeadamente a gestão de dispositivos qualificados de criação de assinaturas eletrónicas à distância, a gestão de dispositivos qualificados de criação de selos eletrónicos à distância, a emissão de certificados eletrónicos qualificados de atributos, a prestação de serviços qualificados de arquivo eletrónico e o registo de dados eletrónicos num livro-razão eletrónico qualificado. A norma ETSI TS 119 612 foi atualizada para a versão 2.4.1 e contém agora especificações que permitem incluir e indicar nas listas de confiança o estatuto desses novos serviços de confiança qualificados. A versão atualizada 2.4.1 alterou igualmente as especificações relativas ao formato das assinaturas e dos selos a utilizar pelos Estados-Membros para assinar ou selar as suas listas de confiança nacionais.

(4) Por conseguinte, a Decisão de Execução (UE) 2015/1505 da Comissão deve ser alterada a fim de atualizar a referência à norma ETSI TS 119 612 para a sua versão mais recente, a 2.4.1. Em resultado desta alteração, são igualmente necessárias alterações adicionais dessa decisão de execução. Em primeiro lugar, as informações a mencionar nas listas de confiança, no que diz respeito à interpretação do conteúdo destas últimas, devem ser clarificadas, a fim de permitir que os utilizadores interpretem as informações nelas contidas. Em segundo lugar, as especificações relacionadas com a criação das assinaturas ou selos eletrónicos a aplicar às listas de confiança devem ser adaptadas de modo a evitar determinadas vulnerabilidades conhecidas e comunicadas.

(5) A fim de assegurar que os utilizadores dispõem de tempo suficiente para se adaptarem às especificações estabelecidas no anexo, a aplicação da presente decisão deve ser adiada.

([1]) JO L 257 de 28.8.2014, p. 73, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2014/910/oj.

([2]) Decisão de Execução (UE) 2015/1505 da Comissão, de 8 de setembro de 2015, que estabelece as especificações técnicas e os formatos relativos às listas de confiança, nos termos do artigo 22.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno (JO L 235 de 9.9.2015, p. 26, ELI: http://data.europa.eu/eli/dec_impl/2015/1505/oj).

([3]) Regulamento (UE) 2024/1183 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de abril de 2024, que altera o Regulamento (UE) n.º 910/2014 no respeitante à criação do Regime Europeu para a Identidade Digital (JO L, 2024/1183, 30.4.2024, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2024/1183/oj).

(6) O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho ([4]) e, se for caso disso, a Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho ([5]) aplicam-se a todas as atividades de tratamento de dados pessoais ao abrigo da presente decisão.

(7) A Autoridade Europeia para a Proteção de Dados foi consultada em conformidade com o disposto no artigo 42.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho ([6]) e emitiu parecer em 8 de agosto de 2025 ([7]).

(8) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do comité instituído pelo artigo 48.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O anexo I da Decisão de Execução (UE) 2015/1505 é alterado em conformidade com o anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

A presente decisão de execução é aplicável a partir de 29 de abril de 2026.

Feito em Bruxelas, em 27 de outubro de 2025.

Pela Comissão
A Presidente
Ursula VON DER LEYEN

([4]) Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) (JO L 119 de 4.5.2016, p. 1, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj).

([5]) Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas (Diretiva relativa à privacidade e às comunicações eletrónicas) (JO L 201 de 31.7.2002, p. 37, ELI: http://data.europa.eu/eli/dir/2002/58/oj).

([6]) Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2018/1725/oj).

([7]) *EDPS Formal comments on the draft regarding the version of the standard on which the common template of the trusted lists is based* | Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

ANEXO

O anexo I da Decisão de Execução (UE) 2015/1505 é alterado do seguinte modo:

1) No capítulo II, o primeiro parágrafo passa a ter a seguinte redação:

«As presentes especificações baseiam-se nas especificações e requisitos da ETSI TS 119 612 v2.4.1 (a seguir designada por "ETSI TS 119 612").».

2) No capítulo II, a secção intitulada «Tipo/comunidade/regras do sistema (cláusula 5.3.9)» passa a ter a seguinte redação:

«**Tipo/comunidade/regras do sistema (cláusula 5.3.9)**

Este campo é obrigatório e deve estar conforme com as especificações da ETSI TS 119 612, cláusula 5.3.9.

Este campo deve incluir apenas URI em língua inglesa (Reino Unido).

Este campo deve incluir, pelo menos, dois URI:

(1) Um URI comum às listas de confiança de todos os Estados-Membros, apontando para um texto descritivo que deve ser aplicável a todas as listas de confiança, do seguinte modo:

— URI: http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/schemerules/EUcommon

— Texto descritivo:

"A. ***Participation in a scheme***

Each Member State must create a trusted list including information related to the qualified trust service providers that are under supervision, together with information related to the qualified trust services they provide, in accordance with the relevant provisions laid down in Regulation (EU) No 910/2014.

The present implementation of such trusted lists is also to be referred to in the list of links (pointers) towards each Member State's trusted list, compiled by the European Commission.

B. ***Policy/rules for the assessment of the listed services***

Member States must supervise qualified trust service providers established in the territory of the designating Member State as laid down in Chapter III of Regulation (EU) No 910/2014 to ensure that those qualified trust service providers and the qualified trust services they provide meet the requirements laid down in that Regulation.

The trusted lists of Member States include, as a minimum, information specified in Articles 1 and 2 of Implementing Decision (EU) 2015/1505.

The trusted lists include both current and historical information about the status of listed trust services.

Each Member State's trusted list must provide information on the national supervisory scheme and, where applicable, national approval, including through accreditation scheme(s) under which the trust service providers and the trust services they provide are listed.

C. ***Interpretation of the trusted list***

The general user guidelines for applications, services or products relying on a trusted list published in accordance with Regulation (EU) No 910/2014 are as follows:

C.1 ***Qualified status of a trust service***

The qualified status of a trust service is indicated by the combination of:

— the 'Service type identifier' ('Sti') value in a service entry;

— where applicable, the presence of one of the following values in all the fields 'additionalServiceInformation extension' in the service entry:

— 'http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/ForeSignatures': further specifying the 'Sti' identified service as being provided for electronic signatures;

— 'http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/ForeSeals': further specifying the "Sti" identified service as being provided for electronic seals; or

— 'http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/ForWebSiteAuthentication': further specifying the 'Sti' identified service as being provided for Website authentication; and

— the status according to the 'Service current status' field value as from the date indicated in the 'Current status starting date and time'.

Historical information about such a qualified status is similarly provided when applicable.

C.1.1 ***Service status under Regulation (EU) No 910/2014***

Including and after 1 July 2016 (UTC+2), the value of the 'Service current status' field used by the Supervisory Body designated in a Member State to indicate that a trust service entry is representing a qualified trust service is the URI 'http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/Svcstatus/granted'.

C.1.2 ***Service status under Directive 1999/93/EC***

Strictly before 1st July 2016 (UTC+2), the value of the 'Service current status' field used by the Supervisory Body designated in a Member State to indicate that a trust service entry is representing a certification-service-provider issuing qualified certificates is one of the following URIs:

— 'http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/Svcstatus/undersupervision';

— 'http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/Svcstatus/supervisionincessation'; or

— 'http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/Svcstatus/accredited'.

C.2 ***Qualified status of a certificate***

Regarding qualified trust service providers issuing qualified certificates for electronic signatures, for electronic seals and/or for Website authentication, a 'CA/QC' 'Service type identifier' ('Sti') entry indicates that any end-entity certificate issued by or under the CA represented by the CA's public key and CA's name (both CA data to be considered as trust anchor input) present in the 'Service digital identifier' ('Sdi'), is or was a qualified certificate (QC) at a certain date and time provided that the trust service entry indicates a granted qualified status (see clause C.1) and that the below requirements are met with reference to that date and time.

C.2.1 ***Default rules***

C.2.1.1 *Certificate status standardised rule*

The end-entity certificate contains the ETSI standardised QcStatements extension as specified in standard ETSI EN 319 412-5 with the following requirements:

— the id-etsi-qcs-QcCompliance (urn:oid:0.4.0.1862.1.1) QcStatement is present; and

— where present, the id-etsi-qcs-QcType (urn:oid:0.4.0.1862.1.6) QcStatement contains exactly one of the following values:

  — the id-etsi-qct-esign (urn:oid:0.4.0.1862.6.1) ETSI defined QC type identifier;

  — the id-etsi-qct-eseal (urn:oid:0.4.0.1862.6.2) ETSI defined QC type identifier; or

  — the id-etsi-qct-Web (urn:oid:0.4.0.1862.6.3) ETSI defined QC type identifier.

Optionally, the id-etsi-qct-QcSSCD (urn:oid:0.4.0.1862.4) QcStatement may be present.

C.2.1.2 *Certificate status under Directive 1999/93/EC*

Restricted to the context of Directive 1999/93/EC and as a legacy alternative to the above standardised rule, the end--entity certificate contains:

— the ETSI standardised QcStatements extension (as specified in ETSI EN 319 412-5) with the id-etsi-qcs--QcCompliance (urn:oid:0.4.0.1862.1.1) QcStatement being present;

— the legacy QCP+ (urn:oid:0.4.0.1456.1.1) ETSI defined certificate policy OID; or

— the legacy QCP (urn:oid:0.4.0.1456.1.2) ETSI defined certificate policy OID.

C.2.2 ***Additional rules: Presence of Qualifications Extension***

If 'Sie' "Qualifications Extension" information as specified in clause 5.5.9.2 of standard ETSI TS 119 612 is present, then in addition to the above default rules, those certificates that are identified through the use of "Sie" 'Qualifications Extension' information must be considered according to the associated qualifiers. Those qualifiers are used when necessary to compensate for a lack of standardised machine processable information in the corresponding certificate content. They are not to be used to compensate for a lack of machine processable information in certificates issued after 1 July 2016 where that lack would result in a non-compliance with Annex I, III or IV of Regulation (EU) No 910/2014. However, they can be used to provide further machine processable information when the information provided in the certificate, while compliant with the Regulation, does not align with the above default interpretation rules. Where used, they provide additional information regarding:

— their qualified status:

  — 'QCStatement' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCStatement') meaning the identified certificates are qualified under Directive 1999/93/EC or under Regulation (EU) No 910/2014; or

  — 'NotQualified' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/NotQualified') meaning the identified certificates are not to be considered as qualified.

— the nature of their qualification:

  — 'QCForESig' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCForESig') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, are qualified certificates for electronic signature under Regulation (EU) No 910/2014;

  — 'QCForESeal' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCForESeal') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, are qualified certificates for electronic seal under Regulation (EU) No 910/2014; or

  — 'QCForWSA' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCForWSA') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, are qualified certificates for Website authentication under Regulation (EU) No 910/2014.

— whether or not the private key resides in a qualified signature or qualified seal creation device (QSCD) and the nature thereof:

  — 'QCWithQSCD' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCWithQSCD') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, have their private key residing in a QSCD;

  — 'QCNoQSCD' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCNoQSCD') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, have not their private key residing in a QSCD;

  — 'QCQSCDStatusAsInCert' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCQSCDStatusAsInCert') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, do contain proper machine processable information about whether or not their private key is residing in a QSCD; or

  — "QCQSCDManagedOnBehalf" ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCQSCDManagedOnBehalf') meaning the identified certificates, when they are claimed or stated as qualified, have their private key is residing in a QSCD for which the generation and management of that private key is done by a qualified TSP on behalf of the entity whose identity is certified in the certificate;

Restricted to the context of certificates issued under Directive 1999/93/EC, the following qualifiers are defined and provide additional information regarding:

— whether or not the private key resides in a secure signature creation device (SSCD):

  — 'QCWithSSCD' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCWithSSCD') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, have their private key residing in an SSCD;

  — 'QCNoSSCD' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCNoSSCD') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, do not have their private key residing in an SSCD; or

  — 'QCSSCDStatusAsInCert' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCSSCDStatusAsInCert') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, do contain proper machine processable information about whether or not their private key is residing in an SSCD.

— the issuance to a Legal Person:

  — 'QCForLegalPerson' ('http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/SvcInfoExt/QCForLegalPerson') meaning the identified certificates, when claimed or stated as qualified, are issued to a Legal Person under Directive 1999/93/EC.

Note: The information provided in the trusted list is to be considered as accurate meaning that the certificate is not to be considered as qualified if the end-entity certificate does not follow any of the default rules defined above, and:

  — if no 'Sie' 'Qualifications Extension' information is present for the trust anchor CA/QC corresponding service entry to qualify the certificate with a 'QCStatement' qualifier, or

  — a 'Sie' 'Qualifications Extension' information is present for the trust anchor CA/QC corresponding service entry to qualify the certificate with a 'NotQualified' qualifier.

C.3 ***Trust anchors***

'Service digital identifiers' are to be used as Trust Anchors in the context of validating electronic signatures or seals for which signer's or seal creator's certificate is to be validated against information in the trusted list, hence only the public key and the associated subject name are needed as Trust Anchor information. When more than one certificate represents the public key identifying the service, they are to be considered as Trust Anchor certificates conveying identical information with regard to the information strictly required as Trust Anchor information.

C.4 ***General rule for the interpretation of trust service entries***

The general rule for interpretation of any 'Sti' type entry, possibly further specified through a 'Sie' 'additionalServiceInformation', not corresponding to qualified trust services is that, for that 'Sti' identified service type, and possibly in combination with a 'Sie' 'additionalServiceInformation' URI, the listed service named according to the 'Service name' field value and uniquely identified by the 'Service digital identity' field value has the current approval status according to the 'Service current status' field value as from the date indicated in the 'Current status starting date and time'.

Specific interpretation rules for any additional information with regard to a listed service (e.g. 'Service information extensions' field) may be found, when applicable, in the Member State specific URI as part of the present "Scheme type/community/rules" field.

Please refer to the implementing acts adopted pursuant to Article 22(5) of Regulation (EU) No 910/2014 for further details on the specifications of the fields of the Member States' trusted lists.;"

(2) Um URI específico da lista de confiança de cada Estado-Membro, apontando para um texto descritivo que deve ser aplicável à lista de confiança desse Estado-Membro:

a) http://uri.etsi.org/TrstSvc/TrustedList/schemerules/CC, sendo "CC" o código ISO 3166-1 ([1]) alfa-2 do país utilizado no campo "Território do sistema" (cláusula 5.3.10)

— Onde os utentes podem obter as políticas/regras específicas do Estado-Membro referenciado que regem a avaliação dos serviços de confiança incluídos na lista, em conformidade com o sistema de controlo e, quando aplicável, de aprovação do Estado-Membro.

— Onde os utentes podem obter uma descrição específica do Estado-Membro referenciado sobre o modo de utilizar e interpretar o conteúdo da lista de confiança, no que se refere aos serviços de confiança não qualificados e/ou definidos a nível nacional constantes da lista. Este texto pode ser utilizado para indicar uma hipotética granularidade nos sistemas nacionais de aprovação em relação aos prestadores de serviços de certificação ou prestadores de serviços de confiança que não emitem certificados qualificados e o modo como os campos "URI da definição de serviço do sistema" (cláusula 5.5.6) e "Informação do serviço alargada" (cláusula 5.5.9) são utilizados para o efeito.

b) Os Estados-Membros podem definir e utilizar URI adicionais que expandem o referido URI específico de cada Estado-Membro (ou seja, URI definidos a partir desse URI hierárquico específico).».

3) No capítulo II, após a secção intitulada «Estatuto atual do serviço (cláusula 5.5.4)», é aditada a seguinte secção:

«**O elemento de assinatura (cláusula B.1), Disposições gerais (cláusula B.1.0)**

Esta cláusula é obrigatória e deve estar conforme com as especificações da TS 119 612, cláusula B.1.0, em que o ponto 2) passa a ter a seguinte redação:

"2) O seu elemento ds:SignedInfo deve conter um elemento ds:Reference com o atributo URI definido para uma cadeia vazia (ou seja, URI=""), de modo a remeter para o documento na sua totalidade. Este elemento ds:Reference deve cumprir os seguintes requisitos:

a) Deve conter apenas um elemento ds:Transforms;

b) Este elemento ds:Transforms deve conter dois elementos ds:Transform. O atributo Algorithm do primeiro indica a transformação envolvida (*enveloped*) com o valor: "http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature". O atributo Algorithm do segundo dá instruções para a realização da canonicalização exclusiva "http://www.w3.org/2001/10/xml-exc-c14n#"."»."

([1]) ISO 3166-1:2006: «Códigos para a representação dos nomes dos países e suas subdivisões — Parte 1: Códigos dos países».